

Mineração
Caraíba S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdos

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19. Tivemos a partir de março o início da vacinação, que sem dúvida permitiu reduzir de forma significativa o número de casos e a gravidade da situação. Paralelo ao apoio integral a campanha de vacinação, a companhia manteve suas medidas de prevenção: distanciamento social, maior espaço em ônibus e restaurantes, utilização de máscara e álcool gel, testes de funcionários. Ao longo de 2021 a empresa gastou 14.239 milhões em atividades para mitigar os efeitos da COVID. Ao final do ano, apesar de todas as dificuldades trazidas pela covid – e suas variantes, em particular a omicron, que aumentou o número de contaminações a empresa pode manter suas operações normais, sem interrupções, atingindo ao final do ano a produção de 45.511 toneladas de cobre contido, um pouco acima do seu planejamento realizado ao final de 2020.

Em função de reflexos sentidos ainda em sua cadeia de suprimentos, de forma a assegurar seus estoques de itens críticos e a manutenção de suas atividades, a empresa permaneceu com sua política de manter em nível mais elevado seus o estoque de alguns produtos intermediários de maior consumo.

Impulsionado pelo crescimento do segmento chamado “Green energy” (carros elétricos, energia eólica e energia solar), os preços do cobre continuaram em patamares atrativos, permitindo a empresa obter margens bastante favoráveis em suas operações. Os preços do cobre juntamente com as taxas do dólar, que atingiram valores elevados ao longo do ano, contribuíram para o crescimento das receitas da empresa, bem como da sua margem.

O principal cliente da companhia, a Paranapanema, continuou seu processo de renegociação das dívidas com seus principais credores e nesse período teve limitações em suas linhas de crédito e na sua capacidade de retomar seus volumes de produção. Em consequência, continuando a tendência de diversificação das suas vendas, a empresa vendeu 42.027 toneladas de cobre no mercado interno (32% do total de suas vendas), e 91.095 toneladas de cobre no mercado externo (68% do total de suas vendas). Foi o primeiro ano na história da companhia no qual as vendas do mercado externo superaram as vendas do mercado interno. Os embarques dos produtos exportados sofreram alguns atrasos por conta da disponibilidade de navios, ainda reduzida por conta da pandemia, mas sem afetar o volume de vendas programado.

A exemplo do que realizou em 2020, apesar das dificuldades logísticas e de proteção aos funcionários, a Companhia continuou seu plano de pesquisas geológicas, realizando sondagens em seus depósitos em exploração (Mina subterrânea de Pilar e Mina Subterrânea de Vermelhos), bem como suas pesquisas regionais ao longo do Vale do Curaça. Ao longo de 2021, foram investidos R\$ 207.425 milhões, o que permitiu realizar 150.530 metros de sondagem geológica. De acordo com Technical Report concluído em outubro de 2021, o volume de reservas da Companhia atingiu 607 milhões de toneladas (13% de aumento em relação ao relatório anterior). Esses números permitiram estender a vida útil da empresa para 2035.

Em 2021, ainda como exemplo da confiança da companhia no potencial de crescimento do mercado e de valorização dos preços do cobre, a empresa iniciou as operações da Mina de Surubim, uma mina a céu aberto localizada próxima a sua planta de concentração em Pilar, que

terá produção estimada de 18.320 toneladas e ciclo de produção até 2026. Fez também a divulgação do estudo de viabilidade do Projeto Boa Esperança, uma filial da companhia localizado no Pará. Esse estudo projeta uma produção de 356,6 toneladas de cobre durante um período de 12 anos. Os investimentos desse projeto já foram aprovados pelo Conselho de administração da companhia. Em agosto de 2021 a empresa obteve a licença de implantação e a expectativa é que a produção possa ser iniciada no segundo semestre de 2024. Por conta dessas ações, a companhia realizou a reversão do impairment do projeto, no valor de 151 Milhões, que havia sido constituído em 2015/2016.

A empresa continua atenta as demandas adicionais trazidas pelas variantes da pandemia, cujos efeitos infelizmente se estendem por períodos maiores do que os inicialmente imaginados pelo governo e sociedade em geral. Ao final de 2021, a empresa contava com 97% de seus funcionários com a proteção vacinal completa. Nossas ações atualmente são pautadas por 4 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade normal de nossas operações; produção com baixos custo de produção e ações para aumento dos volumes de recursos e reservas. E continuamos seguindo nosso planejamento com a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso.

Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e clientes. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por um ano atípico e bastante desafiador.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administadores, Conselheiros e Acionistas da Mineração Caraíba S.A. Jaguarari – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Caraíba S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Caraíba S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 01 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7



Hidelbrando Oliveira de Abreu Filho

Contador CRC BA-029520/O-7

Mineração Caraíba S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	500.074	102.615	Fornecedores	14	111.134	66.626
Contas a receber de clientes	8	151.224	93.479	Financiamentos	15	24.239	65.169
Estoques	9	104.506	103.407	Empréstimos intercompanhias	15	152.534	127.714
Impostos a recuperar	10	74.605	57.187	Passivo de arrendamentos	15.e	14.878	2.983
Outros créditos e despesas antecipadas	11	21.893	11.462	Salários, encargos e contribuições sociais	16	52.785	40.104
Dividendos a receber		-	1.115	Impostos a pagar	17	45.129	37.635
Total do ativo circulante		852.302	369.266	Imposto de renda e contribuição social	28	34.772	10.712
Não circulante				Instrumentos financeiros derivativos a pagar	30	154.043	131.030
Aplicações financeiras		-	418	Participação nos resultados	18	38.524	16.408
Depósitos judiciais	21.c	2.270	2.211	Dividendos a pagar	22.f	209.157	4.646
Imposto de renda diferido ativo	28.c (i)	26.563	92.631	Parcelamentos de débitos tributários	19	4.313	7.408
Investimentos em controladas		20	20	Outras contas a pagar		20.814	13.730
Outros créditos e despesas antecipadas	11	4.361	-	Total do passivo circulante		862.323	524.164
Imobilizado	12	2.150.262	1.530.543	Não circulante			
Intangível	13	304.696	99.109	Financiamentos	15	38.732	39.869
Total do ativo não circulante		2.488.172	1.724.932	Empréstimos intercompanhias	15	488.674	560.382
				Participação nos resultados	18	6.704	2.257
				Parcelamentos de débitos tributários	19	5.990	14.330
				Instrumentos financeiros derivativos a pagar	30	-	45.981
				Provisão para recuperação ambiental e desmobilização	20	84.858	85.407
				Provisão para perdas com processos judiciais	21. a	10.610	11.420
				Passivo de arrendamentos	15.e	7.346	767
				Outras contas a pagar		5.965	5.036
				Total do passivo não circulante		648.879	765.447
				Patrimônio líquido	24		
				Capital social		317.220	314.843
				Reservas de capital		367	367
				Reserva de lucros		1.511.685	489.376
				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.829.272	804.586
				Total do patrimônio líquido		1.829.272	804.586
Total do ativo		3.340.474	2.094.198	Total do passivo e patrimônio líquido		3.340.474	2.094.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	23	2.287.934	1.344.786
Custo das vendas	24	<u>(714.924)</u>	<u>(547.491)</u>
Lucro bruto		1.573.010	797.295
Despesas com vendas	24	(36.296)	(25.447)
Despesas gerais e administrativas	24	(111.137)	(84.892)
Reversão do Impairment	25	151.315	-
Outras receitas	25	37.335	62.248
Outras despesas	25	<u>(49.381)</u>	<u>(26.671)</u>
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras		1.564.846	722.532
Receitas financeiras	26	311.540	306.712
Despesas financeiras	26	<u>(495.056)</u>	<u>(886.100)</u>
Resultado financeiro líquido		(183.516)	(579.388)
Resultado de Equivalência Patrimonial		<u>-</u>	<u>12.287</u>
Resultado antes dos impostos		1.381.330	155.431
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(81.421)	(26.377)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	<u>(66.068)</u>	<u>16.627</u>
Lucro do exercício		1.233.841	145.681
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	29	<u>0,102</u>	<u>0,011</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	dez/21	dez/20
Lucro do exercício	1.233.841	145.681
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.233.841</u></u>	<u><u>145.681</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de Lucros								Lucros Acumulados	Total Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de capital	Legal	Incentivos Fiscais	Expansão	Lucros a Destinar	Valor Justo Reserva de Lucros	Perda de Transações de Capital		
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	<u>314.843</u>	<u>367</u>	<u>6.204</u>	<u>100.172</u>	<u>104.587</u>	<u>-</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>-</u>	<u>658.906</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	145.680	145.680
Reserva de incentivo fiscal do exercício	-	-	-	161.674	(23.278)	-	-	-	(138.396)	-
Destinação de reserva legal	-	-	7.284	-	-	-	-	-	(7.284)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>314.843</u>	<u>367</u>	<u>13.488</u>	<u>261.846</u>	<u>81.309</u>	<u>-</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>-</u>	<u>804.586</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.233.841	1.233.841
Aumento de Capital	2.377	-	-	-	(2.377)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal do exercício	-	-	-	347.265	-	-	-	-	(347.265)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	(28.006)	-	-	-	28.006	-
Constituição de reserva de lucros a destinar	-	-	-	-	-	655.472	-	-	(655.472)	-
Constituição de reserva legal	-	-	49.956	-	-	-	-	-	(49.956)	-
Dividendos obrigatórios a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	-	(209.155)	(209.155)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	<u>317.220</u>	<u>367</u>	<u>63.444</u>	<u>609.111</u>	<u>50.926</u>	<u>655.472</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>-</u>	<u>1.829.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Caraíba S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		1.233.841	145.681
Ajustes para:			
Depreciação, amortização e exaustão	24	191.585	166.598
Ajuste de preços provisórios de venda	23	3.442	(11.511)
Baixa de ativo imobilizado	12	246	19.363
Ganho na Venda de Investimento		-	(15.991)
(Reversão de) perdas por redução ao valor recuperável do ativo	25	(151.315)	-
Provisão para perdas em demandas judiciais	21	(811)	8
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	9	47	1.050
Provisão IRRF - Juros a Remeter		677	949
Participação nos resultados	18	77.798	22.608
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	66.068	(16.627)
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	81.421	26.377
Resultado na equivalência Patrimonial		-	(12.287)
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização	12 e 20	(7.202)	3.282
Crédito de PIS e Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo/Outros créditos		-	(39.312)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		171.501	567.700
		<u>1.667.298</u>	<u>857.888</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(64.298)	(56.196)
Estoques		211	(28.670)
Impostos a recuperar		-	-
Outros créditos e despesas antecipadas		(2.619)	11.653
Depósitos judiciais		(30)	1.958
Fornecedores		22.238	112.287
Salários, encargos e contribuições sociais		12.681	36.410
Obrigações tributárias		(25.188)	43.241
Participação nos lucros		(57.931)	(54.583)
Parcelamentos de débitos previdenciários		(11.277)	(10.850)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar		4.238	20.138
Pagamento de Recuperação Ambiental		(6.604)	(5.111)
		<u>1.538.719</u>	<u>928.165</u>
Caixa proveniente das operações		<u>1.538.719</u>	<u>928.165</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(43.434)	-
Juros Recebidos		5.042	716
Juros Pagos		(5.949)	(15.820)
		<u>1.494.378</u>	<u>913.061</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>1.494.378</u>	<u>913.061</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		738	3.946
Adições ao imobilizado		(774.999)	(544.228)
Adições ao intangível		(27.313)	(1.083)
		<u>(801.574)</u>	<u>(541.365)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(801.574)</u>	<u>(541.365)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos com empresa ligada, líquidos		(4.361)	(7.572)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos e debêntures		56.009	147.357
Amortização de empréstimos e financiamentos		(281.063)	(480.305)
Pagamentos de Arrendamentos	15	(14.562)	(13.692)
Dividendos pagos	22.f	(4.644)	-
Recursos provenientes da Liquidação de Derivativos		(60.595)	(1.887)
		<u>(309.216)</u>	<u>(356.099)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		<u>(309.216)</u>	<u>(356.099)</u>
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>383.588</u>	<u>27.111</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		102.615	77.353
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		13.871	(1.849)
		<u>500.074</u>	<u>102.615</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>500.074</u>	<u>102.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mineração Caraíba S.A. ("Companhia" ou "MCSA") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Fazenda Caraíba, Distrito de Pilar, no município de Jaguarari, Estado da Bahia, Brasil. A atividade predominante da MCSA é a produção e venda de concentrado de cobre da Vale do Curaçá, com ouro e prata produzidos e vendidos como subprodutos. A propriedade Vale do Curaçá é localizada no Vale do Curaçá, próximo ao município de Jaguarari, no norte do estado da Bahia, Brasil, e inclui operações de processamento totalmente integradas, três minas ativas e três minas de produção inativas. As operações ativas incluem a Mina da Caraíba, composta pela Mina Pilar subterrânea ("Pilar UG Mine") e Usina da Caraíba integrada, a mina de Vermelhos ("Vermelhos UG Mine") e a mina Surubim ("Surubim OP Mine"). As operações de produção inativa incluem as históricas minas a céu aberto de R22W ("R22W Mine"), os Angicos ("Angicos Mine"), Suçuarana ("Suçuarana Mine"), a propriedade Boa Esperança é localizado no município de Tucumã, na região sudeste do estado do Pará, Brasil ("Boa Esperança").

a. Crise sanitária (COVID-19)

A pandemia de covid teve continuidade ao longo de 2021, apesar de todas as medidas de contenção e isolamento adotados em todo o mundo. Em março, fruto de um esforço de vários institutos de pesquisa e empresas ao redor do mundo, foi possível iniciar uma campanha de vacinação, que permitiu redução do número de contaminações e mortes ao redor do mundo. Apesar do surgimento de diferentes variantes do vírus original, foi sensível a redução do número de casos graves e mortes em atividades.

Durante o período em que perdura a pandemia, não houve nenhuma perda de produção ou redução das vendas decorrentes do COVID-19. Todas as ações têm sido direcionadas baseadas na: garantia da saúde dos funcionários, famílias e comunidade e garantia da produção. Algumas ações para atendimento dessa estratégia demandaram gastos adicionais, porém não representam valores significativos e estão identificados em conta própria na contabilidade. Ao longo de 2021 foram gastos 14.239 milhões com ações para mitigar os riscos e efeitos da COVID.

Apesar do surgimento da variante omicrom, que novamente aumento o número de casos ao final de 2021 e no início de 2022, a empresa não teve alterações relevantes nos seus custos de produção para o período subsequente ao encerramento das demonstrações financeiras. Da mesma forma, a produção do período não sofreu alterações nem apresentou problemas em relação ao planejamento constante no Budget aprovado pelo conselho em dezembro de 2020. Ao final de 2021 o minério lavrado tinha origem em 3 diferentes minas: mina subterrânea de Pilar, Mina subterrânea de Vermelhos e Mina Céu aberto de Surubim. Assim como nossa planta de concentração, nenhuma das unidades teve impacto em sua operação decorrentes dos efeitos da pandemia.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de Junho de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia. As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** – reconhecimento de receita: o momento de reconhecimento de receita;

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 20** - reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação ambiental e desmobilização de ativos: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 21** - reconhecimento e mensuração de provisão para perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos; e
- **Nota 28** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

4.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos podem ser encontradas na Nota 30 - Instrumentos Financeiros.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado.

a. Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina o CPC 47/IFRS15. A Companhia reconhece a receita em um momento específico do tempo.

A receita é reconhecida quando o controle do bem é transferido para o cliente. A receita é reconhecida no instante em que o Companhia completa sua obrigação de desempenho a qual consiste na entrega ou disponibilidade do bem conforme disposto em contrato.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final. A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

b. Subvenções governamentais

Os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições da IAS (Norma Internacional de Contabilidade) 20 - Subvenção e Assistência governamentais.

(i) Incentivo *DESENVOLVE*

A Companhia goza do benefício fiscal existente no estado da Bahia denominado “DESENVOLVE – Classe I”, concedido através da Resolução nº 065/2009, a qual foi prorrogada por mais 7 meses, do período de 01.09.2021 a 31.03.2022, pela Resolução nº 001/2022 editada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia.

Em razão do benefício, é possível efetuar o pagamento antecipado do ICMS devido, sem vencimento predeterminado, obtendo uma redução relativa ao concentrado de cobre de até 81%. Essa parcela do incentivo é contabilizada contra a despesa de ICMS quando do recolhimento, a qual é demonstrada como redução da receita operacional bruta.

A Companhia goza ainda de redução da base de cálculo do ICMS, de modo que as saídas de concentrado de cobre estão sujeitas ao recolhimento de ICMS no percentual de 12%. Também, é calculado o crédito presumido sobre o montante do ICMS apurado nas vendas de concentrado de cobre, equivalente a 33,33% do total do débito do referido imposto. A parcela do incentivo é contabilizada contra a despesa de ICMS, a qual é demonstrada como redução da receita operacional bruta.

(ii) Incentivos SUDENE - Lucro da exploração

A Companhia goza de benefícios de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos. A Companhia possui benefício entre os exercícios fiscais de 2018 a 2027. Os benefícios são calculados com base no lucro da exploração, em conformidade com as regulamentações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, aplicáveis para a Companhia.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem: variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas e despesas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

d. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados de curto prazo são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com confiabilidade.

f. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 de imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme explicado na nota 22.b.ii e nota 28.b, a Companhia tem incentivos fiscais sobre o Imposto de renda.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com

relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e coligadas, na extensão que o Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia.

(iii) Desenvolvimento e construção em andamento

Quando reservas minerais economicamente viáveis foram identificadas e a decisão de prosseguir com o desenvolvimento foi aprovada, os ativos de exploração e avaliação são inicialmente avaliados se existe alguma perda de valor (*impairment*), e então reclassificado para construções em andamento ou propriedades minerais. Os gastos relacionados ao desenvolvimento estão capitalizados como obras em andamento e estão incluídos nas propriedades minerais, instalações e equipamentos. Custos associados ao comissionamento de novos ativos incorridos antes que eles operem da maneira pretendida pela administração, incluindo os custos diretamente atribuíveis dos testes, são capitalizados. Construções em andamento incluem o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para trazer o ativo para o local e condição necessária para o uso pretendido, incluindo avanços em itens de longa duração. Construção em progresso não é depreciado.

Quando o ativo está operando da maneira pretendida pela administração, os custos de construção em andamento são reclassificados para propriedades minerais ou instalações e equipamentos.

Custos de desenvolvimento da mina, os custos de remoção de estéreis e outros resíduos minerários – custos de remoção – são capitalizados como parte do custo depreciável de instalação, desenvolvimento e construção da mina.

(iv) *Custo de decapagem e desenvolvimento na fase de produção*

Onde as atividades de decapagem de produção a céu aberto ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a actividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável.

Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para imóveis ou obras em andamento. Esses custos são depreciados com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído. Para minas a céu aberto, os custos de decapagem são capitalizados em propriedades minerais ou construção em andamento até que uma taxa média de extração seja alcançada (estéril/minério) para a mina. A companhia adotou um critério para mensuração dos custos da mina Surubim em virtude do alto volume de estéril extraído para alcance do corpo de minério, o qual atribuiu uma relação minério/estéril padrão considerando a particularidade da mina, no qual parte do estéril até o limite da relação estabelecida é registrada como custo e o seu excedente capitalizado.

Recuperação ambiental e custos de descomissionamento

Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente das saídas de caixa futuras esperadas.

(v) *Propriedades minerais*

Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível (Nota 13) para o Imobilizado (Nota 12) quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadoas.

(vi) *Depreciação e exaustão*

Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação e propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados. Os custos de recuperação ambiental e desativação de propriedades minerais são amortizados pela vida útil da mina.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, de acordo com os estudos de viabilidade econômico-financeira realizados na filial de Boa Esperança (Tucumã), verificou a necessidade de reverter o saldo de Impairment referente ao intangível, composto em 2015/2016. O detalhamento dos valores podemos ver na nota explicativa 12 – Imobilizado, item “b” – Reversão do Impairment.

i. Ativos intangíveis

(i) Ativos de exploração e avaliação

Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizados como ativos de exploração e avaliação. Custos incorridos antes da Companhia obter o direito legal sobre a mina são despesados imediatamente. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a IFRS 6 e ICPC 18.

Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais.

Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia.
- Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo.
- Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, A Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 32 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros de VJORA, assim como instrumentos de dívida e patrimônios a VJORA.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos Financeiros a VJR e a custo amortizado

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo

modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação.

A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Participação nos resultados

Reconhecida no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas.

(ii) Recuperação ambiental e desmobilização de ativos

Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes.

(iii) Perdas com processos judiciais

Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(ii) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Saldos bancários (a)	455.421	76.113
Aplicações de curto prazo (b)	44.653	26.502
	500.074	102.615

(a) Refere-se essencialmente à valores mantidos em moeda estrangeira dólar.

(b) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam entre 75% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, com vencimento de até três meses ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado ou mudanças significativas de valor.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros está divulgada na nota explicativa nº 30.

8 Contas a receber de clientes

	2021	2020
PMA	15.886	64.003
IXM	-	28.802
Trafigura	134.350	-
Outros	988	674
	151.224	93.479

Parte substancial do contas a receber de clientes está centralizada na Parapanema S.A.(PMA) e na Trafigura (exportação). Portanto, a Companhia está significativamente subordinada às transações desses clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outras contas a receber está divulgada na nota explicativa nº 30.

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Nesta análise a Companhia realizou análises específicas de risco para os clientes individualmente e as garantias fornecidas por essas empresas, o que resultou em perdas de créditos imateriais.

(a) A abertura dos saldos por range de vencimento são demonstradas no quadro a seguir

Vencimentos	Saldo R\$
Até 30 dias	17.772
Entre 120 e 180 dias	133.452
	151.224

9 Estoques

	2021	2020
Insumos de produção	75.781	57.590
Produtos em elaboração	25.323	45.754
Produtos acabados	3.228	57
Materiais em poder de terceiros	174	5
	104.506	103.407

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção obsoletos e/ou de baixa movimentação na data de apresentação destas demonstrações financeiras

(-) Provisão para redução ao valor recuperável	2021	2020
Saldo inicial	(4.754)	(3.704)
Adições	(566)	(1.141)
Baixas	519	91
Saldo final	(4.801)	(4.754)

A composição do custo dos produtos vendidos está divulgada na Nota 24.

10 Impostos a recuperar

	2021	2020
ICMS a recuperar (imposto sobre vendas) (i)	378	388
PIS a recuperar (i) (a)	11.816	6.175
COFINS a recuperar (i) (a)	54.379	49.324
Imposto retido na fonte (IRRF)	1.219	159
antecipadamente (IRPJ)	464	464
Outros	6.349	677
	74.605	57.187
	74.605	57.187
Circulante	74.605	57.187
Não circulante	-	-
	74.605	57.187
	74.605	57.187

- (i) Refere-se a crédito de impostos relativos compra de materiais para produção, além de créditos extemporâneos, conforme explicado a seguir.

a. Créditos tributários

Em 2021 o saldo de impostos a recuperar foi acrescido de levantamento de créditos de PIS/Cofins sobre a CFEM, referente ao período Fevereiro de 2017 à Dezembro 2021, com base na jurisprudência vigente atualizada em 2021, e suportada por opinião legal dos advogados externos da Companhia.

Em 2020 o saldo era representado por créditos de PIS e Cofins levantados a época integralmente utilizados no ano de 2021.

b. Utilização dos créditos tributários

A Companhia realizou a análise de recuperação dos créditos tributários e classificou os créditos em curto e longo prazo de acordo com a expectativa de realização. Os créditos tributários descritos na nota (a) acima, serão realizados mediante a compensação com débitos de PIS e COFINS, bem como na compensação com outros impostos federais.

11 Outros créditos e despesas antecipadas

	2021	2020
Adiantamento a Fornecedores	2.076	1.699
Despesas antecipadas (a)	5.394	6.912
Adiantamento a Empregados	2.534	2.116
Seguros a apropriar (b)	11.704	22
Outras	<u>4.564</u>	<u>713</u>
	21.893	11.462
Circulante	<u>21.893</u>	<u>11.462</u>
Não Circulante	<u>4.361</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se substancialmente a: (i) valores de antecipação de despesas com licenças anuais de software; e (ii) valores referentes a despesas antecipadas de, revestimento de moinho, revestimento de britadores e correias transportadoras a serem apropriadas conforme a produção.
- (b) A renovação do seguro de riscos nomeados relativo a 2022 foi registrado em Dezembro/2021, ao final vigência da apólice (vigência Dezembro/2021 a Novembro/2022), em oposição ao exercício anterior que foi registrado em Janeiro/2021.

12 Imobilizado

a. Conciliação dos valores contábeis

	Terreno s	Edificaçõe s	Máquinas e Equipamento s	Jazidas	Recuperaçã o Ambiental	Projetos em Andament o	Ativo de Dirieto de Uso	Outros	Total
Balanzo em 31 de dezembro de 2019	2.044	16.873	312.754	565.039	44.707	226.150	8.099	20.370	1.196.036
Custos	2.044	24.025	611.622	989.212	64.062	226.150	17.688	25.661	1.960.463
Depreciação Acumulada	-	(7.151)	(298.868)	(424.173)	(19.355)	-	(9.589)	(5.291)	(764.427)
Balanzo em 1 de janeiro de 2020	2.044	16.873	312.754	565.039	44.707	226.150	8.099	20.370	1.196.036
Adições	30	280	50.245	-	-	394.721	8.311	93.494	547.081
Baixas	-	-	(7.856)	-	(11.027)	(5.134)	(10)	(477)	(24.504)
Transferências	-	5.989	94.887	279.279	-	(309.209)	-	(79.811)	(8.865)
Depreciação	-	(986)	(58.290)	(100.636)	(5.289)	-	(12.753)	(1.250)	(179.204)
Balanzo em 31 de dezembro de 2020	2.074	22.156	391.740	743.682	28.391	306.528	3.647	32.326	1.530.543
Custos	2.074	30.293	748.898	1.268.491	53.035	306.528	25.989	38.867	2.474.175
Depreciação Acumulada	-	(8.137)	(357.158)	(524.809)	(24.644)	-	(22.342)	(6.541)	(943.631)
Balanzo em 1 de janeiro de 2021	2.074	22.156	391.740	743.682	28.391	306.528	3.647	32.326	1.530.543
Adições	-	101	35.954	-	23.076	618.774	31.983	139.789	849.676
Baixas	-	-	(207)	-	(9.818)	(6.611)	(193)	(39)	(16.868)
Transferências	885	19.008	173.676	365.605	-	(491.605)	-	(94.474)	(26.905)
Depreciação	-	(1.286)	(65.023)	(101.822)	(1.877)	-	(14.140)	(2.036)	(186.184)
Balanzo em 31 de dezembro de 2021	2.959	39.979	536.140	1.007.465	39.772	427.086	21.297	75.564	2.150.262
Custos	2.959	49.402	958.321	1.634.096	66.293	427.086	57.779	84.141	3.280.077
Depreciação Acumulada	-	(9.423)	(422.181)	(626.631)	(26.521)	-	(36.482)	(8.577)	(1.129.815)

As adições divulgadas na coluna “outros” são compostas, principalmente, por adiantamentos para os projetos em andamento. Os principais saldos são: R\$ 50.619 para o projeto de Ventilação; R\$ 30.839 para novo guincho de minério; R\$ 12.683 para carregadeiras LHD para a mina Pilar subterrânea; e R\$ R\$ 8.085 para substituição dos corpos dos moinhos da planta de beneficiamento da mina Pilar subterrânea. Os saldos são reclassificados as colunas de acordo com sua natureza após o recebimento das notas fiscais. Veja abaixo o detalhe dos projetos.

Em 2021 a Companhia investiu R\$ 277.367 na mina Pilar subterrânea, R\$ 53.744 na mina de Surubim e R\$ 34.494 na mina de Vermelhos no desenvolvimento dessas minas para acesso a novas reservas. Os investimentos com desenvolvimento são considerados no cálculo de exaustão das jazidas, juntamente com a produção de cobre mensal.

Projetos em andamento são projetos para melhoria de processos operacionais e administrativos. Depois de concluídos, os saldos são reclassificados para as contas apropriadas do ativo imobilizado e são depreciados ou amortizados com base na vida útil esperada de cada projeto.

A seguir, apresentamos a descrição dos principais projetos em andamento:

- (i) Pesquisas Geológicas: Investimento de R\$ 345.015 com pesquisas geológicas ao longo do Vale do Curaçá. Este montante foi subdividido em cerca de 70 alvos, monitorados pela Geologia de Exploração;
- (ii) Projeto de Ventilação: Com o desenvolvimento das minas Pilar subterrânea e Vermelhos, cada vez mais se faz necessário os poços de ventilação e refrigeração para manter a temperatura adequada aos colaboradores. O Investimento realizado foi de R\$ 21.538 em ventilação e R\$ 22.183 em refrigeração que serão imobilizados de acordo com o término das fases dos respectivos projetos;
- (iii) Novo Guincho de Minério: Também chamado de Elevador de Mina Subterrânea, é um equipamento responsável pelo transporte de minério diretamente para a superfície por meio de cabos de aço. Este equipamento também pode ser usado para transportar pessoas para a mina de forma mais rápida e segura. Este equipamento começou a ser construído na mina Pilar subterrânea em 2021 e ao final de dezembro, o projeto somava um montante de R\$ 3.343.

Algumas propriedades dos ativos imobilizados, como equipamentos foram dados em garantia de dívidas, perfazendo o montante de R\$ 89.986.

Revisão da vida útil

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021.

Abaixo, o quadro demonstra as mudanças de vida útil:

	Anos (2020)	Anos (2021)
Edifícios	22	25
Instalações	7	10
Equipamentos	4-5	4-10
Propriedades minerais	Unidades de produção	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	10 anos	13 anos

b. Contratos de Arrendamento

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 21.297 (R\$ 3.647 em 2020) relacionados a imóveis e equipamentos arrendados que são apresentados como ativo imobilizado.

	Edificações	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	229	7.870	8.099
Adições a ativos de direito de uso (i)	419	7.892	8.311
Despesa de depreciação do exercício	(423)	(12.330)	(12.753)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(10)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	215	3.432	3.647
Adições a ativos de direito de uso (i)	2.460	29.523	31.983
Despesa de depreciação do exercício	(701)	(13.439)	(14.140)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	-	(193)	(193)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.974	19.323	21.297
Custos	3.346	54.144	57.491
Depreciação acumulada	(1.373)	(34.821)	(36.194)

- (i) São considerados arrendamentos de curto prazo aqueles com duração inferior a 1 ano. Ativos de baixo valor são aqueles avaliados em menos de R\$ 5.000.

A inclusão de dois novos contratos de locação de veículos em 2021, após encerramento do contrato de antigo fornecedor, complementado com dois novos contratos de máquinas de grande porte para atender a necessidade operacional da mina Matriz, além de 37 novos contratos de locação de imóveis, sendo 36 residenciais nas minas Matriz, Vermelhos e Tucumã, e 1 comercial, referente ao novo escritório da mina Tucumã, fizeram com que os valores do ativo tivessem um aumento significativo no ano de 2021.

13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se, principalmente, a custos de desenvolvimento de projetos de exploração mineral, que compreendem a aquisição de direitos minerários, despesas administrativas, operacionais e financeiras para projetos considerados viáveis nos termos da CPC 01/IAS 36. Quando os projetos iniciam a produção comercial, o valor correspondente é transferido para o ativo imobilizado como Propriedades Minerárias.

	Projetos de Exploração Mineral	Programas e Licenças	Total
Balanzo em 31 de dezembro de 2019	95.824	1.410	97.234
Adições	1.014	68	1.082
Transferências	150	991	1.141
Amortização	-	(348)	(348)
Balanzo em 31 de dezembro de 2020	96.988	2.121	99.109
Custo	104.061	11.413	115.474
Amortização Acumulada	(7.073)	(9.292)	(16.365)
Balanzo em 1 de janeiro de 2021	96.988	2.121	99.109
Adições	49.785	823	50.608
(-) Reversão de Impairment (i)	(151.315)	-	(151.315)
Transferências	77	4.294	4.371
Amortização	-	(708)	(708)
Balanzo em 31 de dezembro de 2021	298.165	6.530	304.696
Custo	305.238	16.530	321.768
Amortização Acumulada	(7.073)	(9.999)	(17.072)

- (i) Em 2021 tivemos a reversão de impairment referente ao Projeto Boa Esperança no valor de R\$ 151.315.

As principais adições se referem a compra de novas licenças do software Datamine usado especificamente para o processo de minerações e de direitos minerários.

Reversão Impairment

Em Novembro de 2021 foi efetuada a reversão do Impairment feito para o projeto “Boa Esperança” no valor de R\$ 151.315 com base em um estudo de viabilidade que identificou o aumento das reservas existentes e também a viabilidade econômica com base no valor do minério na data do estudo. Neste estudo, feito por empresa especializada, foi reconhecida a viabilidade considerando diversas premissas que sofreram mudanças após o último estudo que havia sido feito, como: preço do cobre, taxas de juros, novos estudos geológicos, nova tecnologia e etc. Como dito, a divulgação foi feita em 2021 no site da ERO Copper, seguindo as regras das Normas para Divulgação de Relatórios Técnicos de Projetos de Mineração (NI 43-101). Em 2016, a companhia reconheceu impairment desse projeto considerando que a estudo feito a época não demonstrava viabilidade econômica.

A seguir, apresentação dos projetos que mais impactam no montante de intangível:

- (i) Projeto Boa Esperança - O projeto de cobre Boa Esperança está localizado na Província Mineral de Carajás, sudeste do Estado do Pará, Brasil, aproximadamente a 40 km a sudoeste da cidade de Tucumã. Os resultados de um Estudo de Viabilidade Otimizado foram anunciados em 28 de setembro de 2021. Espera-se que o projeto adicione 356,6 mil toneladas de cobre recuperado ao longo de uma vida inicialmente estimada de 12 anos. O cronograma de construção prevê que os primeiros trabalhos comecem no segundo trimestre de 2022, após um período de engenharia para aprimorar o Estudo de Viabilidade – FSU – e planejar a execução do projeto. A meta de conclusão de todas as construções e os trabalhos de pré-comissionamento são previstos para fim do primeiro trimestre de 2024.
- (ii) Direitos Minerários: A Companhia adquiriu em 2021, através de leilão da Agência Nacional de Mineração (ANM), R\$ 16.000 em áreas para futura exploração mineral.

14 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores Nacionais	107.316	62.907
Fornecedores Internacionais	<u>3.818</u>	<u>3.719</u>
	<u>111.134</u>	<u>66.626</u>

Os valores de fornecedores representam valores a pagar pela aquisição de materiais, serviços e outros insumos necessários para as atividades principais e acessórias de mineração. Em 2021 a Companhia aumentou seus investimentos em pesquisas geológicas, refrigeração da mina subterrânea causando um aumento de contratação de fornecedores de materiais e prestação de serviços para atendimento dessas demandas.

15 Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos a vencer são os seguintes :

Descrição do produto	Taxa de juros (a.a.)	Garantias	Moeda	Captação	Venc.	2021	2020
<i>Empréstimos com partes relacionadas</i>							
ERO Copper - ECC – A	VC + 1%.	(i)	USD	jan/18	set/25	314.901	416.230
ERO Copper - ECC – Mútuo	VC + 8,83%.	(i)	USD	jan/18	dez/26	291.837	260.155
ERO Copper - ECC – CS	VC + 0%.	(i)	USD	fev/20	fev/25	34.470	11.710
<i>Empréstimos com terceiros</i>							
Finimp Sandvik USD	VC + 6,5%	(iv)	USD	dez/19	fev/25	20.049	14.998
BB Renegociação (c)	CDI + 0,05% CDI	(vi)	BRL	dez/16	nov/26	19.385	23.248
Finimp Caterpillar R1700K 6	VC + 5,5%	(iv)	USD	dec,21	dec,25	5.012	-
Epiroc Boomer – 2288	VC + 5,25%	(iv)	EUR	dec,21	jun,26	4.803	-
Epiroc Boomer – 2289	VC + 5,25%	(iv)	EUR	dec,21	feb,26	4.803	-
Finimp Caterpillar R1700G 4	VC + 7,95%	(iv)	USD	fev/19	fev/23	2.788	4.672
Finimp Caterpillar R1700K 5	VC + 7,3%	(iv)	USD	ago/19	ago/23	1.723	2.520
Finimp Caterpillar R1700G 3	7,95	(iv)	USD	dez/18	dez/22	1.021	1.902
Finimp Caterpillar R1700G 2	7,45%	(iv)	USD	jun/18	jun/22	942	2.632
Finimp Caterpillar R1700G 1	6,99%	(iv)	USD	abr/18	mai/22	861	2.404
Finimp Sandvik 658 EUR	7%.	(iv)	EUR	jul/17	jun/22	851	7.829
Epiroc Diamec	VC + 5,5%	(iv)	EUR	out/19	dez/22	734	1.482
BTG Stand-By	CDI + 9%	(i)	BRL	jul/18	mar/21	-	7.522
Fibra Confirme	13,8%	(iv)	BRL	fev/19	fev/21	-	7.297
Plural CCB	CDI+7%	(iv)	BRL	nov/19	nov/21	-	5.534
FDIC CreditCorp (b)	13,2%	(i)	BRL	jun/20	jun/22	-	5.403
Santander Confirme (b)	9,6%	(i)	BRL	set/20	set/22	-	4.771
BTG Confirme (b)	11,88%	(i)	BRL	jul/20	-	-	4.318
Volvo 803655 (a)	14,28%	(iv)	BRL	mai/19	mai/22	-	1.510
Finimp Caterpillar Repair 1 (a)	12,95%	(iv)	BRL	mai/19	jul/23	-	1.318
Volvo 804417 (a)	14,28%	(iv)	BRL	mai/19	mai/22	-	854
Volvo 825078 (a)	11,88%	(iv)	BRL	jun/20	jun/23	-	684
Volvo 825076 (a)	11,88%	(iv)	BRL	jun/20	jun/23	-	681
Finimp Caterpillar 966 L (a)	13,03%	(iv)	BRL	jun/19	jun/24	-	618
Volvo 825077 (a)	11,88%	(iv)	BRL	jun/20	jun/23	-	557
Volvo 826707 (a)	11,88%	(iv)	BRL	jul/20	jul/23	-	399
Volvo 362992	16,49%	(iv)	BRL	mai/18	mai/21	-	396
Volvo 831689 (a)	11,48%	(iv)	BRL	out/20	out/23	-	366
Volvo 826708 (a)	11,88%	(iv)	BRL	jul/20	jul/23	-	225
Volvo 803327 (a)	14,28%	(iv)	BRL	mai/19	mai/22	-	215
Volvo 814976 (a)	13,08%	(iv)	BRL	dez/19	jan/23	-	191
Volvo 829115 (a)	11,48%	(iv)	BRL	ago/20	ago/23	-	183
Volvo 808205 (a)	14,1%	(iv)	BRL	ago/19	ago/22	-	157
Santander Stand-By	14,3%	(i)	BRL	mai/20	mai/21	-	151
						704.180	793.132
Circulante						176.774	192.882
Não circulante						527.406	600.250
Tipo de garantia						2021	2020
(i)	Sem Garantia					641.208	717.557
(iv)	Equipamento					43.587	52.326
(vi)	Fundo de reserva de investimento exigido por instituição financeira (c)					19.385	23.249
						704.180	793.132

Termos dos empréstimos

- A companhia optou em liquidar antecipadamente todos os contratos com juros acima de 10% a.a. (ver item “c. Reestruturação das dívidas” nesta nota).
- A companhia possui contratos do tipo conta garantia (stand-by credit) com vencimentos em 2022 e indeterminado no caso do banco BTG (a depender da avaliação de crédito no momento da captação). Em 31/12/2021 a companhia não possuía saldo tomado para esses contratos (ver item “c. Reestruturação das dívidas” nesta nota)
- Este contrato possuía como garantia um fundo de investimento que poderia ser resgatado pela companhia a partir de setembro/2018, o qual foi resgatado não havendo saldo em 31/12/2021 para esse fundo.

a. Movimento

O quadro seguinte apresenta o movimento dos Saldos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	841.160
Variação cambial	231.771
Adições partes relacionadas	154.159
Novos empréstimos terceiros	260.831
Amortizações partes relacionadas	(470.264)
Atualizações/juros	56.026
Amortizações principal	(266.051)
Amortizações juros	(14.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	793.133
Variação cambial	47.667
Adições partes relacionadas	83.799
Novos empréstimos terceiros	29.521
Amortizações partes relacionadas	(209.711)
Atualizações/juros	36.359
Amortizações principal	(71.352)
Amortizações juros	(5.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	704.180

b. Transações não caixa

Ocorreram refaturamentos de despesas provenientes da controladora as quais não tem efeito caixa conforme demonstrada no quadro abaixo:

	2021
Derivativos pagos pela ERO Copper	59.427
Transferência Serviços compartilhados (ERO Copper x MCSA)	21.234
	80.661

c. Programação de dívida

As datas de vencimento dos empréstimos e financiamentos não circulantes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	2021	2020
2022	-	110.971
2023	125.656	114.220
2024	82.404	102.469
2025	7.516	3.925
A partir de 2026	311.830	268.665
	527.406	600.250

d. Cláusulas Contratuais Restritivas (“covenants”)

Exceto pelas cláusulas específicas que são comuns a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia não possui covenants financeiros ou cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

e. Passivo de arrendamento

	2021	2020
Saldo inicial	3.750	8.458
Novos contratos	31.984	8.311
Pagamentos	(14.562)	(13.693)
Juros Financeiros	1.246	682
Baixa	(194)	(9)
Saldo final	<u>22.224</u>	<u>3.750</u>

Vencimento	2021	2020
1 - 12 meses	14.878	2.983
1 - 2 anos	7.007	767
2-5 anos	339	-
Total	<u>22.224</u>	<u>3.750</u>

Valores reconhecidos ao resultado	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros sobre Arrendamento(a)	1.246	682
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	2.714	271
Despesas relacionadas a arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	462	263

(a) Para cálculo dos juros sobre arrendamento de novos contratos foi utilizada a taxa de 0,73% ao mês.

16 Salários, encargos e contribuições sociais

	2021	2020
Provisão para férias	27.858	21.406
Encargos a Recolher	18.039	13.540
Outros	<u>6.888</u>	<u>5.158</u>
	<u>52.785</u>	<u>40.104</u>

17 Impostos a pagar

	2021	2020
ICMS parcelamento - Desenvolve (a)	17.776	11.003
IRRF Empregados	2.940	1.983
CFEM	20.200	21.537
Contribuição social a pagar	34.772	10.712
Outros	4.213	3.112
	<u>79.901</u>	<u>48.347</u>

Refere-se a obrigações fiscais diferidas de acordo com as regras do Programa de Incentivo Fiscal do Estado da Bahia, "DESENVOLVE".

18 Participação nos resultados

A Companhia mantém um plano de participação nos resultados, que é pago a gestores e funcionários mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>MCSA</u>	
	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	25.362	26.084
Constituição da provisão do ano	77.797	37.845
Valores pagos referentes ao ano anterior	(37.267)	(31.870)
Adiantamento de PLR no ano corrente	(20.664)	(6.697)
Saldo final	<u>45.228</u>	<u>25.362</u>
Circulante	38.524	23.105
Não circulante	6.704	2.257

19 Parcelamentos de débitos tributários

A Companhia é participante de diversos programas de parcelamento de dívidas fiscais estabelecidos pelo governo federal e estadual (PIS, COFINS, ICMS e INSS), conforme apresentado abaixo:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.305	24.166	31.471
Adição	304	1.217	1.522
Juros	26	99	125
Amortização	(7.777)	(3.603)	(11.380)
Transferências	7.550	(7.550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.408	14.330	21.738
Adição	-	-	-
Juros	26	21	47
Amortização (a)	(11.483)	-	(11.483)
Transferências	8.361	(8.361)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.313	5.990	10.303

- (b) A companhia liquidou algumas modalidades de parcelamento nos meses Junho e Julho/2021, sendo FGTS que findaria em 09/2022, ANS em 11/2022, SESI/Senai 08/2023 e FINSOCIAL 01/2025) e em Novembro/21 liquidou o parcelamento REFIS lei 11.941/09, que findaria em 10/2024.

20 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em dezembro de 2021, tanto para a Matriz, como para suas filiais.

O saldo inicial em 2021 é de R\$ 85.407, a atualização monetária da taxa de desconto foi no valor de R\$ 4.658 e a Companhia vem fazendo pagamentos para atender o plano de recuperação ambiental no montante de R\$ 6.604.

Em virtude dos novos valores contemplados no estudo realizado pela consultoria externa, a companhia efetuou um aumento na sua provisão, com contrapartida no ativo ambiental, para recuperação ambiental nas minas ativas (Subterranea Pilar, Vermelhos, e Surubim) no valor de R\$ 10.177, e uma redução da provisão com efeito no resultado de 8.780 referente as minas paradas (Angico, Oxidado, Suçuarana)

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2021	Provisão Filiais em operação	Provisão Filiais paradas	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2021
Projetos	5,85%	85.407	10.177	(8.780)	4.658	(6.604)	84.858
		85.407	10.177	(8.780)	4.658	(6.604)	84.858
	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2020	Provisão Filiais em operação	Provisão Filiais paradas	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2020
Projetos	5,85%	97.987	(11.027)	275	3.282	(5.111)	85.407
		97.987	(11.027)	275	3.282	(5.111)	85.407

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado.

Para as operações paralisadas (minas Oxidado, Angico, Suçuarana), a companhia reconheceu a Remensuração da Provisão do ARO no resultado.

O passivo exigível a longo prazo é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração.

Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações.

21 Provisão para perdas com processos judiciais

a. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais movidos contra a Companhia, são mantidas as seguintes provisões para perdas prováveis nos setores trabalhista e cível:

	2021	2020
Processos trabalhistas (i)	10.490	11.096
Processos cíveis (ii)	120	324
	10.610	11.420

(i) Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, há uma série de ações trabalhistas movidas contra a Companhia, das quais, aproximadamente 48 ações são avaliadas como perdas prováveis pelos consultores jurídicos externos da Companhia (53 ações em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Saldo em 1º de Janeiro	11.096	11.119
Adições	297	4.111
Reversão	(903)	(4.134)
Saldo final	10.490	11.096

As provisões para perda foram constituídas para os processos em que a possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia.

O entendimento da administração da Companhia é de que o desfecho desfavorável de suas ações, individualmente ou em conjunto, não terá impacto adverso significativo nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

(ii) Ações cíveis e tributárias

As provisões para perdas cíveis referem-se, principalmente, a autuação de uma ação regressiva promovida pelo INSS cobrando valores pagos a título de pensão a um dependente de um funcionário da Companhia .

	2021	2020
Saldo em 1º de Janeiro	324	293
Adições	28	31
Reversões	(233)	-
Saldo final	119	324

b. Processos judiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui diversas causas avaliadas como perdas possíveis e remotas, e portanto nenhuma provisão foi contabilizada.

	2021	2020
Segurança Social	19.056	14.963
Tributário (i)	53.188	60.460
Ambiental	69	54
Cível (ii)	14.134	10.349
Minerário (iii)	22.706	21.688
Trabalhista	6.803	3.991
	<u>115.956</u>	<u>111.505</u>

(i) Causas tributárias

Em 31 de dezembro de 2021, existem processos de natureza tributária movidos contra a Companhia, dentre os quais 122 processos são avaliados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia, no valor de R\$ 53,188 (R\$ 60.460 em 31 de dezembro de 2020). A natureza destas principais causas, estão demonstradas abaixo:

Não conformidade da compensação – 1º trimestre de 2019

Em 2019, 18 novas autuações fiscais foram entregues pela Receita Federal relacionadas a suposta compensação incorreta de créditos de Contribuição Social, cuja possibilidade de perda foi avaliada como possível, com base na opinião assessoria jurídica externa. O valor atualizado em 2021 é de R\$ 4.476.

A Companhia apresentou manifestação de inconformidade contra a decisão que não homologou as compensações, a qual ainda não foi apreciada pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal.

Auto de Infração - Débitos de IRPJ, CSL, PIS e COFINS

Em 29 de agosto de 2011, a Receita Federal lavrou auto de infração contra a Companhia referente aos débitos de IRPJ, CSL, PIS e COFINS.

A fiscalização entendeu que a Companhia deveria ter submetido à tributação os valores de receitas contabilizadas como "Clientes no País" em dezembro de 2008, de acordo com o regime de competência, uma vez que a Companhia passou de regime de caixa (2008) para regime de competência (2009).

Auto de Infração ainda pendente de análise pelo Tribunal de Primeira Instância Administrativo.

O valor atualizado da causa em 2021 é de R\$ 5.281.

Não conformidade da compensação - créditos FINSOCIAL

Em 28 de novembro de 2005, a Receita Federal lavrou auto de infração não reconhecendo os débitos de CSLL e COFINS compensados pela Companhia em 2001 e 2002, com os créditos FINSOCIAL devidamente reconhecidos em sentença transitada em julgado.

Em junho de 2020, o Tribunal Administrativo decidiu pela inconformidade da compensação e a Companhia decidiu aceitar a decisão, reconhecendo um débito de R\$ 1.897 e iniciando o parcelamento. Esse parcelamento foi liquidado em 29 de junho de 2021.

(ii) Ações Minerárias

Em 30 de junho de 2019, a Companhia foi notificada de cinco (5) reclamações administrativas movidas pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”) sobre alegadas diferenças no cálculo do CFEM, especificamente relacionadas aos valores de ICMS, PIS e COFINS, que segundo este entendimento deveriam ser considerados como redutores da base de avaliação do CFEM. A assessoria jurídica externa classificou a probabilidade de perda nesta ação como possível.

c. Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais no valor de R\$ 2.270 (R\$ 2.211 em 31 de dezembro de 2020), antes da correção monetária, conforme detalhado abaixo:

	2021	2020
Reclamações trabalhistas	1.813	1.780
Ações cíveis	50	24
Contingências tributárias	407	407
	2.270	2.211

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado estava representado por R\$ 314.843, em 30 de novembro de 2020, em virtude da adesão da Companhia ao programa de reinvestimento no ano de 2011, foi aplicado ao programa um montante R\$ 1.202, sendo R\$ 801 referente a 30% do IRPJ apurado no período e R\$400 referente a recursos próprios sobre o valor do IRPJ reinvestido.

Este investimento que retornou a Companhia e por obrigação legal este montante 2.376 foi integralizado como aumento de Capital em 30 de Junho de 2021. Sendo assim em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado estava representado por R\$ 317.220 composto de ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	Nº de ações ordinárias	%
Ero Copper Corporation	13.508.995.619	99.52
Outros	65.810.256	0.48
	13.574.805.875	100.00

b. Reservas de Lucro

(i) Reserva legal

Em 2021 e 2020 a Companhia obteve lucro líquido e constituiu reserva legal de 5% com base na Lei 6404/76.

(ii) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal que reduz o imposto de renda sobre o lucro da exploração em 75%, pelo prazo de 10 anos, de 2017 a 2027, calculado com base nas regras de cálculo do lucro da exploração definidas pelo Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Adicionalmente, a Companhia possui incentivo fiscal no Estado da Bahia em relação ao diferimento e redução do ICMS. Estes incentivos são registrados em uma conta específica em rendimentos e, no final do ano, são transferidos para uma reserva de incentivos fiscais, em conformidade com o direito das sociedades.

c. Perdas em operações de capital

O valor de R\$ 67.373 representa o valor pago em excesso dos ativos líquidos da NX Gold ao adquirir uma participação por meio de uma operação de conversão de empréstimo em capital em agosto de 2017.

d. Reserva de expansão

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

Exercícios

Acumulado de anos anteriores	37.215
2020	(23.279)
2021	39.661
	53.597
	53.597

e. Reserva de Lucros a distribuir

Com base na Lei 6.404/76 e de acordo com estatuto social da companhia, foram registrado distribuição de dividendos mínimos e constituição das reservas legal e estatutária, atingindo o limite legal das reservas. Motivo pelo qual houve excedente de lucro para que ficou a disposição da assembleia geral.

f. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2021 foi efetuado cálculo de dividendos a pagar conforme segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.233.841	145.681
(-) Incentivo IR Redução de base em 75% e ICMS	(347.265)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	886.576	145.681
(-) Reserva legal (5%)	(49.956)	(7.284)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	836.620	-
Dividendos propostos (25%)	209.157	-

No período encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido valor R\$ 209.157 a título de dividendos a pagar pela Companhia.

23 Receita operacional líquida

	2021	2020
Concentrado de cobre	2.411.157	1.460.947
(-) Impostos sobre as vendas (a)	(123.222)	(116.161)
	2.287.934	1.344.786

(a) Em 2021, o incentivo Desenvolve no valor de R\$ 51.213 (R\$ 60.947 em 2020) foi registrado como redução dos impostos sobre vendas.

24 Custos e despesas operacionais

	2021	2020
Custo das vendas		
Materiais	(122.793)	(77.934)
Pessoal (b)	(179.123)	(126.700)
Depreciação, amortização e exaustão	(191.585)	(166.598)
Serviços de terceiros	(172.559)	(140.638)
Serviços Públicos e Privados	(45.993)	(33.707)
Outros custos	(2.871)	(1.914)
	(714.924)	(547.491)
Despesas de vendas		
Transporte	(30.895)	(21.085)
Outros	(5.401)	(4.362)
	(36.296)	(25.447)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal (b)	(54.340)	(40.396)
Serviços de terceiros (a)	(44.352)	(36.536)
Outras despesas	(12.445)	(7.960)
	(111.137)	(84.892)
	(862.357)	(657.830)
Total de custos e despesas operacionais		
Materiais	(122.793)	(77.934)
Pessoal (b)	(233.463)	(167.097)
Depreciação, amortização e exaustão	(191.585)	(166.598)
Serviços de terceiros	(216.911)	(177.174)
Transporte	(30.895)	(21.085)
Serviços Públicos e Privados	(45.993)	(33.707)
Outros custos e despesas	(20.717)	(14.235)
	(862.357)	(657.830)

- (a) Os serviços de terceiros referem-se a serviços jurídicos, consultoria e auditoria, aluguel e manutenção de software / hardware e internet, Serviços Compartilhados com a controladora ERO Copper e outros serviços administrativos.
- (b) Os principais impactos estão ao ajuste salarial conforme AC 21/22 e provisão da PR e Bônus 2021;

25 Outras receitas e despesas

	2021	2020
Reversão do Impairment	151.315	-
Remensuração Provisão do ARO (ii)	14.750	-
Créditos PIS/ Cofins (i)	13.866	39.301
Venda de água adutora	5.175	4.785
Reversão de provisão para perdas em processos judiciais	1.136	4.168
Ganho de Capital Venda de NX Gold (iii)	(1.115)	15.991
Perda na baixa de inventário do imobilizado (iv)	970	(9.041)
Outros	2.553	7.045
Outras receitas	37.335	62.248
	2021	2020
Fundo de Pobreza (v)	(16.710)	-
Baixa Impostos (créditos PIS/Cofins)	(6.004)	-
Gastos relacionados com a COVID-19	(14.239)	(7.779)
Provisão para perdas em processos judiciais	(325)	(4.176)
Perdas por alienação	(47)	(1.050)
Perdas por processos judiciais	(649)	(6.873)
Ociosidade Minas e Planta	(1.780)	(2.878)
Despesas Tributárias/Indedutíveis	(1.005)	(1.347)
Remensuração Provisão do ARO (ii)	(2.890)	-
Outras despesas operacionais	(5.732)	(2.568)
Outras despesas	(49.381)	(26.671)

- (i) A Companhia procedeu com o levantamento de créditos extemporâneos de PIS/Cofins períodos de 2018 a Setembro de 2020 referentes a exaustão contabilizada, para os meses seguintes de 2020 adotou a prática de forma regular.

Além destes créditos mencionados anteriormente a Companhia considerou créditos relacionados a mais produtos e serviços levando em conta os critérios de essencialidade e relevância de utilização dos materiais e serviços nas operações.

Em 2021 o saldo de impostos a recuperar foi acrescido de créditos de PIS/Cofins sobre a CFEM, referente ao período Fevereiro e 2017 à Dezembro 2021, com enfoque em itens específicos do setor mineral, com base na jurisprudência vigente, que acompanha os desdobramentos do REsp nº 1.221.170/PR, e suportada por opinião legal dos advogados externos da Companhia.

- (ii) Para as operações paralisadas (minas Oxidado, Angico, Suçuarana), a companhia reconheceu a Remensuração da Provisão do ARO no resultado.
- (iii) Dividendos a receber registrado no Exercício 2019 da investida NX Gold. Como a Assembléia foi realizada após a venda do investimento a companhia deixou de ter o direito desse recebível, que em 2020 foi baixado como custo da baixa do investimento.
- (iv) Em 2020 foi realizada a baixa de itens do ativo imobilizado após realizado inventário físico. Durante o 2º trimestre de 2021 foi identificada a baixa indevida de itens que gerou reversão de baixa no montante de R\$ 970 mil.
- (v) Até o exercício de 2021, a Companhia não efetuava depósitos mensais, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, equivalente a 10% (dez por cento) da parcela incentivada do ICMS vinculado ao Programa Desenvolve.

Isso em razão da existência de liminar em Mandado de Segurança, a qual afastou a exigibilidade do disposto no artigo 1º da Lei nº 13.564, publicada em junho de 2016, que condicionou a fruição dos benefícios fiscais de ICMS a esse depósito.

Entretanto, face ao cenário atual, por se tratar de um tema controvertido, conservadoramente, visando evitar o aumento de eventual contingência relacionada à discussão, a Companhia optou por realizar esses pagamentos retroativos relativos a setembro de 2016 a dezembro de 2020, via denúncia espontânea, os quais foram registrados como outras despesas. Sendo que, no futuro, em caso de êxito na ação judicial, esses valores poderão ser aproveitados.

26 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Ganhos cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	98.858	122.206
Operações com instrumentos derivativos (a)	152.110	167.756
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.363	879
Ganhos cambiais na importação	55.010	14.531
Outras receitas	198	1.340
Total das receitas financeiras	311.540	306.712
Perdas cambiais sobre empréstimos, empréstimos e debêntures	(146.526)	(353.976)
Juros sobre empréstimos, empréstimos e debêntures	(36.406)	(56.821)
Operações com instrumentos derivativos (a)	(249.165)	(446.168)
Perdas cambiais nas importações	(43.520)	(14.494)
Comissão da Conta Garantida	(1.120)	(2.373)
ARO Despesa Atualização Monetária	(4.658)	(3.282)
Juros e Pagamentos a Fornecedores	(464)	(155)
Despesas com Juros sobre Arrendamento	(1.246)	(682)
Outras despesas	(11.951)	(8.149)
Total das despesas financeiras	(495.056)	(886.100)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(183.516)	(579.388)

A companhia possui endividamento total de R\$ 704 milhões em 31/12/2021, sendo 97% desse total em moeda estrangeira. Seguindo as normas contábeis, mensalmente os saldos são corrigidas pela Taxa de fechamento de câmbio do BACEN registrando variações cambiais por competência de ganhos e de perdas. Dado que o dólar sofreu oscilações durante o ano de 2021, tendo sua máxima em BRL 5,7925, a companhia registrou variações cambiais ativas e passivas na atualização de suas dívidas estrangeiras na qual, pelo líquido, resultou em perda financeira. Essas variações não possuem necessariamente efeito caixa, apenas terão efeito caixa no momento de sua liquidação, conforme a taxa praticada na data de seu vencimento.

- (a) Veja detalhe das operações com instrumentos derivativos na Nota explicativa 30.

27 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias. O controlador final da Companhia é a Ero Copper Corporation.

As transações existentes decorrem de operações em condições e preços estabelecidos entre as partes e estão a seguir apresentados:

a. Transações e saldos

	2021	2020
Ativo circulante		
NX Gold	161	-
Saldo ativo total	161	-
Passivo circulante		
NX Gold	-	
ERO Copper Corporation	152.534	127.714
Passivo não circulante		
Empréstimos (mútuo) com empresa ligada	-	-
ERO Copper Corporation (a)	488.674	560.382
Tugalla BV	-	-
Saldo total	641.208	688.096
Despesa Financeira		
Juros sobre empréstimos entre empresas	32.434	41.012
Variação cambial	46.374	436.962
Despesas Financeiras Totais	32.434	41.012
Outras Receitas		
NX Gold	1817	-

- (a) Empréstimos considerando a reestruturação das dívidas em dezembro de 2018, com fluxo de amortização linear em 80 parcelas, iniciando o primeiro em fevereiro de 2019, e taxa de juros de 1% ao mês. Veja detalhes na nota explicativa 17.

b. Remuneração dos Administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 7.754 (R\$ 7.144 em 2020), que foram registrados como despesas gerais e administrativas. Os Administradores têm ainda direito a uma participação nos lucros da Companhia.

Os Administradores não são elegíveis a Participação nos lucros, nem bônus de longo prazo. Recebem, além da remuneração mensal, bônus de curto prazo que são definidos pelo Conselho de Administração anualmente.

	2021	2020
Remuneração	4.585	3.912
Bonus de curto prazo	3.169	3.232
Remuneração dos Administradores	7.754	7.144

28 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesa de imposto de renda

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício:

	2021	2020
IR e CS Corrente	81.421	26.377
IR e CS Diferidos	66.068	(16.627)
	147.489	9.750
	147.489	9.750

b. Conciliação da taxa efetiva

	2021	2020
Resultado antes de impostos	1.381.330	155.431
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	(469.652)	(52.847)
Adições permanentes		
Transfer price	(8)	(3.756)
Bônus	(793)	(808)
Eventos	(860)	(518)
Brindes e doações	(92)	(70)
Multas e taxas	(35)	(19)
Outras adições	(15)	(9)
	(1.803)	(5.180)
Exclusões permanentes		
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS	-	(13)
Eq. patrimonial	-	4.177
Reversão Impairment	51.447	272
Revisão REFIS	-	1.335
Incentivo Desenvolve	11.731	20.569
Incentivo Pró Cobre	10.890	-
Incentivo Red. Base cálculo ICMS	16.336	-
Atualização Selic indêbitos tributários	766	-
PAT dobrado	2.960	2.675
	94.130	29.015
Compensação de PF/BN	72.682	35.949
Incentivos fiscais	79.288	75.889
IR diferido revisão 2020	8.769	-
IR diferido no ano	66.068	(98.076)
Ajuste Lei do Bem Exercício anterior	814	5.500
	(147.489)	(9.750)
Receita / (despesa) com IR e CS	(147.489)	(9.750)
Alíquota efetiva	11%	6%

(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de composição e compensação dos impostos diferidos são os seguintes:

	2021	2020
Ativo de imposto diferido	282.320	315.513
Passivo de imposto diferido	(255.757)	(222.882)
	26.563	92.631
Imposto diferido, líquido	26.563	92.631

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa.

	2021	2020
Ativo		
Variação Cambial, líquida	247.500	211.515
Demais diferenças temporárias	24.084	22.460
Prejuízo Fiscal e Base negativa	10.736	81.538
	282.320	315.513
Passivo		
Diferenças Temporárias	(207.135)	(174.260)
Ajuste a Valor Justo Empréstimos	(48.622)	(48.622)
	(255.757)	(222.882)
Imposto diferido, líquido	26.562	92.631

(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação no resultado e patrimônio líquido dos impostos diferidos é a seguinte:

	2021	2020
Com efeitos no resultado		
Provisões e outras diferenças temporárias ativas	4.733	51.144
Movimento Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	(70.802)	(34.517)
Total dos efeitos no resultado	(66.069)	16.627

c. Incertezas Tributárias

Não há incertezas tributárias, conforme IFRIC 23

29 Lucro por ação

O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2021	2020
Lucro do exercício	1.381.330	145.680
Média ponderada de ações em circulação	13.574.805.875	13.574.805.875
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,102	0,011

30 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue.

		<u>Valor contábil</u>	<u>Justo valor</u>
Mensuração		2021	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	500.074	500.074
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	151.224	151.224
Total de ativos financeiros		<u>651.298</u>	<u>651.298</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	111.134	111.134
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	704.180	62.971
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor Justo por meio do resultado	<u>154.044</u>	<u>154.044</u>
Total de passivos financeiros		<u>969.358</u>	<u>328.149</u>
		<u>Valor contábil</u>	<u>Justo valor</u>
Mensuração		2020	2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	102.615	102.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	93.479	93.479
Aplicações financeiras (nível 2)	Valor justo por meio do resultado	<u>418</u>	<u>418</u>
Total de ativos financeiros		<u>196.512</u>	<u>196.512</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	66.625	66.625
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	793.133	105.037
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor Justo por meio do resultado	<u>177.011</u>	<u>177.011</u>
Total de passivos financeiros		<u>1.036.769</u>	<u>348.673</u>

Valor contábil versus valor justo

Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera que o valor justo é equivalente ao valor contábil.

Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A MCSA utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano.

b. Gestão de riscos financeiros

(i) Instrumentos financeiros não derivados

A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrentes do descumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes. Atualmente, considerando as cláusulas contratuais, a Companhia considera que o risco de crédito de seus clientes é baixo. A tabela abaixo demonstra a concentração de clientes no exercício de 2021:

Clientes	2021	%
PMA	15.886	10
TRAFIGURA	134.350	89
Outros	988	1
Total	151.224	100
Clientes	2020	%
PMA	64.003	68
IXM	28.802	31
Outros	674	1
Total	93.479	100

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação.

Derivativos

São contratados com bancos e instituições financeiras que possuem classificação BBB-, com base na média das principais agências de classificação.

O valor contábil dos ativos financeiros abaixo representa a exposição máxima de crédito na data das demonstrações financeiras:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	500.074	102.615
Contas a receber de clientes	151.224	93.479
Aplicações financeiros	-	418
	651.298	196.512

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

As maturidades contratuais dos passivos financeiros à data das demonstrações financeiras, em valores brutos e não descontados, e incluindo pagamentos de juros contratuais e excluindo o impacto de acordos de compensação, são as seguintes:

Fluxos de caixa contratuais						
31 de dezembro de 2021	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos e financiamentos	704.180	823.696	180.127	136.672	506.898	-
Fornecedores	111.134	111.134	111.134	-	-	-
Outras contas a pagar	26.778	26.778	26.778	-	-	-
	842.092	961.608	318.039	136.672	506.898	-

Fluxos de caixa contratuais						
31 de dezembro de 2020	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos e financiamentos	793.133	934.899	196.016	131.011	251.382	356.489
Fornecedores	66.626	66.626	66.626	-	-	-
Outras contas a pagar	18.766	18.766	18.766	-	-	-
	878.525	1.020.291	281.408	131.011	251.382	356.489

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

Risco de variação cambial

Como parte de sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos cotados em dólares norte-americanos e ao ajuste das operações de empréstimos e financiamentos que também estão indexados à variação cambial. Com o objetivo de minimizar os descasamentos de moedas, a Companhia monitora suas projeções de fluxo de caixa considerando as expectativas de vendas futuras indexadas à variação do dólar norte-americano em relação à necessidade de caixa para liquidar os financiamentos existentes.

Análise de sensibilidade

A administração utilizou dois cenários estimados para a variação da do dólar, possível e remoto. O cenário provável refere-se a exposição com o dólar calculado a base de R\$ 5,5805 para as contas a pagar e R\$ 5,5799 para as contas a receber. Os cenários possível e remoto, consideram variações de 10% e 20%, respectivamente, e teriam aumentado (reduzido) seu patrimônio líquido e o resultado de acordo com os valores apresentados.

Exposição à alta do USD 31 de dezembro de 2021	Em R\$ mil		
	Cenário provável	Cenário 10% Cenário Variação	Cenário 20% Cenário Variação
Caixa e Equivalentes de caixa	452.402	497.642	542.882
Contas a Receber	143.672	158.038	172.406
Swap Cambial	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos-opções (nível 2)	(154.044)	(239.772)	(333.595)
Empréstimos	(683.484)	(751.833)	(820.181)
Exposição líquida	(241.454)	(335.925)	(438.488)

Exposição à alta do USD 31 de dezembro de 2020	Em R\$ mil		
	Cenário provável	Cenário 10% Cenário Variação	Cenário 20% Cenário Variação
Contas a Receber	28.802	31.682	38.018
Swap Cambial	(1.789)	(1.967)	(2.146)
Instrumentos financeiros derivativos-opções (nível 2)	-	-	-
Empréstimos	(726.534)	(799.188)	(871.841)
Exposição líquida	(699.521)	(769.473)	(835.969)

Risco de taxa de juros

A Companhia possui operações pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre os financiamentos e as operações de swap. A Administração adota uma política de garantir que parte de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos seja reduzida a partir da composição de outras fontes de captação com taxas pré-fixadas.

Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros da Companhia foram pagos por seus próprios juros, como segue:

Passivos financeiros expostos à taxa de juros	Valor Contábil	
	2021	2020
CDI	19.385	36.305
Prefixado	-	30.294
	<u>19.385</u>	<u>66.599</u>

A exposição da Companhia ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2021 era equivalente a 100% (54,51% em 31 de dezembro de 2020) de seu endividamento total. Considerando o valor de exposição ao CDI atualmente no balanço, a Companhia estima que não haveria impactos significativos em caso de modificações na taxa de juros.

Risco de commodities

Os contratos para a venda de produtos com liquidação futura têm o seu preço definido mediante curvas de rendimento a termo para o cobre. Normalmente, essas curvas são obtidas nas bolsas de valores em que o produto é negociado, neste caso, na London Metals Exchange (Bolsa de Metais de Londres - “LME”).

Esses instrumentos financeiros são monitorados com frequência mensal, permitindo que os resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa sejam acompanhados.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços das moedas estrangeiras. A Companhia não aplica contabilidade de hedge.

Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos

A companhia opera instrumentos de hedge do tipo Opções Zero Cost Collar para proteção contra oscilação do dólar até determinado intervalo. Essa proteção está atrelada às vendas em moeda estrangeira, de forma a neutralizar os impactos causados pela oscilação do dólar, sem haver grandes desvios das projeções orçamentárias anuais, dando maior segurança sobre o seu cumprimento. Em 31/12/2021, a Companhia possuía um notional de USD 173 milhões com taxas strike entre BRL4,2200 a BRL 6,2100 para operações call com vencimentos mensais, sendo o último em dezembro de 2022. Durante o ano de 2021, foram liquidadas operações que somam notional de USD 126 milhões com taxas strike entre BRL 4,2200 e BRL 5,7000 para operações call.

Seguindo as normas contábeis de marcação dessas operações a mercado, pela metodologia Black&Scholes, mensalmente as operações são corrigidas registrando variações de ganhos e de perdas conforme os índices de mercado (volatilidade do USD, risco do país, moeda). Dado que o dólar sofreu grandes oscilações durante o ano de 2021, tendo sua máxima em BRL 5,7925, a companhia registrou grandes variações na marcação dos valores das operações de hedge. Essas oscilações não possuem efeito caixa em sua totalidade, apenas terão efeito caixa no momento de sua liquidação, conforme marcação na data de seu vencimento.

* * *

Eduardo De Come
Diretor Financeiro
CPF 073.445.828-21

Wagner Pinheiro
Contador
CRC-RJ 111105/-O-5